



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL EM RORAIMA

ANEXO C DO TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE COMPROMISSO DE CONFIDENCIALIDADE E SIGILO

1. Eu, [nome completo], [profissão], [nacionalidade], portador(a) da Carteira de Identidade nº [número], expedida por [órgão expedidor/UF], inscrito(a) no CPF sob o nº [número], abaixo firmado(a), assumo o compromisso de manter confidencialidade e sigilo sobre todas as informações técnicas e demais informações correlatas às quais tiver acesso nas dependências das unidades da Polícia Federal.

2. Por meio deste Termo de Compromisso de Confidencialidade e Sigilo, comprometo-me a:

I - manter sigilo, tanto na forma escrita quanto verbal, ou por qualquer outro meio, acerca de todos os dados, sistemas, rotinas e informações vinculados a esta unidade da Polícia Federal, abstendo-me de divulgá-los a terceiros, sob qualquer hipótese;

II - não efetuar qualquer gravação, reprodução ou cópia da documentação a que possa ter acesso nas dependências da Polícia Federal;

III - não me apropriar, para mim ou para outrem, de qualquer material a que tenha acesso nas dependências da unidade da Polícia Federal;

IV - informar imediatamente ao fiscal do contrato acerca de qualquer quebra de sigilo ocorrida ou que possa vir a ocorrer, bem como sobre eventual interesse de pessoas estranhas ao quadro de servidores da Polícia Federal em obter informações sobre rotinas ou dados desta unidade.

3. Declaro estar ciente e assumo inteira responsabilidade pelo descumprimento do presente Termo de Compromisso de Confidencialidade e Sigilo, ficando sujeito(a) às sanções administrativas e penais cabíveis.

4. Para efeitos penais, declaro estar ciente de que:

Art. 327 do Código Penal

Considera-se funcionário público, para os efeitos penais, quem, embora transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública.

Art. 325 do Código Penal – Violação de sigilo funcional

Revelar fato de que tem ciência em razão do cargo e que deva permanecer em segredo, ou facilitar-lhe a revelação:

Pena: *detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, ou multa, se o fato não constitui crime mais grave.*

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem:

I – permite ou facilita, mediante atribuição, fornecimento ou empréstimo de senha, ou por qualquer outra forma, o acesso de pessoas não autorizadas a sistemas de informações ou banco de dados da Administração Pública;

II – utiliza-se, indevidamente, do acesso restrito.

§ 2º Se da ação ou omissão resulta dano à Administração Pública ou a outrem:

Pena: reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos, e multa.

[Cidade/UF], ____ de _____ de ____.

Representante Legal / Procurador



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO BITENCOURT LEITE, Agente de Polícia Federal**, em 07/05/2026, às 15:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=145969321&crc=48E2DC7D.
Código verificador: **145969321** e Código CRC: **48E2DC7D**.

Referência: Processo nº 08485.001575/2026-01

SEI nº 145969321